

Brasil

Conferência condena política de saúde

■ Especialista afirma que mais de 700 mil morrem por ano, no Brasil, porque recursos financeiros da área são muito mal aplicados

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA — Mais de 700 mil brasileiros morrem, por ano, vítimas de doenças que poderiam ser evitadas, como infecções, diarreia e problemas cardiovasculares. A denúncia foi feita ontem pelo representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Saúde, Carlyle Guerra de Macedo, ex-diretor da Organização Pan-americana de Saúde (Opas), marcando o segundo dia de debates da 10ª Conferência Nacional de Saúde.

Isso acontece, segundo ele, apesar da aplicação de US\$ 300 per capita/ano no setor, pelo governo e pela iniciativa privada. Macedo afirma que se esses recursos fossem mais bem aplicados, 70% das incidências dessas doenças poderiam ser evitadas.

No documento final do encontro — cuja divulgação está prevista para o próximo dia 6 — será condenada a política assistencialista do Ministério da Saúde e aprovada uma recomendação para que se gaste menos verbas com a rede hospitalar e mais com o “aumento da qualidade de vida do brasileiro”. Macedo considerou “um exemplo de desperdício” manter 600 mil leitos hospitalares para atender a 14 milhões de pessoas hospitalizadas por ano, só pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O Brasil, segundo ele, gasta proporcionalmente quatro vezes mais do que os Estados Unidos para manter sua rede hospitalar.

Municipalização — Na mesa-redonda que discutiu *Uma agen-*

da para a saúde, foi debatido um novo modelo de financiamento do setor. A sugestão do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, apoiada por parlamentares, prefeitos, universidades e secretários estaduais de Saúde, eleva de R\$ 20 bilhões para R\$ 40 bilhões por ano os gastos governamentais na área. O aumento seria acompanhado da implantação do processo de municipalização da saúde. Os conferencistas vão pedir ao Congresso Nacional a aprovação da emenda que destina 10% da arrecadação da União, estados e municípios, e 30% de todas as contribuições sociais (INSS, Cofins e contribuição sobre o lucro das empresas) para a saúde, substituindo a CPMF. Em troca, seriam extintas as Autorizações de

Internação Hospitalares (AIHS), e a tabela de preços dos serviços prestados pelo SUS seria transformada em tabela única de custos do sistema de saúde. As mudanças no SUS e a radicalização do processo de descentralização da saúde — dando autonomia de gestão aos estados e municípios — foi defendida por Eleutério Rodrigues Neto, do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde.

O novo sistema de gestão seria implantado 12 meses após a eleição dos novos prefeitos e vereadores, em 1997, redefinindo as funções das três esferas de governo — estadual, municipal e federal.

Dona Zilda Arns, irmã do arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, exibiu, durante a

conferência, o trabalho da Pastoral da Criança, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), capaz de tirar das ruas as crianças menores de seis anos, gastando apenas US\$ 0,50 por cada uma.

A Pastoral da Criança, que recebe recursos do SUS e de outras fontes, tem um orçamento de cerca de R\$ 8 milhões por ano, para atender 3 mil municípios — o que envolve 2 milhões de famílias, 126 mil gestantes e 3 milhões de meninos de rua, além de programas de alfabetização para 24 mil jovens e adultos. Há projetos de acompanhamento, ajuda mútua e geração de renda, tendo em vista manter crianças e gestantes em casas comunitárias ou de família.